

Praticando

Solução
Editora
a solução para o seu concurso!

GUAPIMIRIM-RJ

500 QUESTÕES

CONHECIMENTOS GERAIS

**BANCA ACCESS
E OUTRAS BANCAS**

QUESTÕES GABARITADAS

- › Língua Portuguesa
- › Informática Básica
- › Conhecimentos Gerais
- › Legislação
- › Conhecimentos Pedagógicos e em Legislação Aplicada



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



GUAPIMIRIM - RJ

500 QUESTÕES GABARITADAS - PREFEITURA
MUNICIPAL DE GUAPIMIRIM- RIO DE JANEIRO

Conhecimentos Gerais

EDITAL Nº 01/2026, DE 20/07/2026



CÓD: SL-172JL-26
7901183003860

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Informática Básica.....	105
3. Legislação.....	137
4. Conhecimentos Pedagógicos e em Legislação Aplicada	153

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (2026)

Nos termos do caput do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverá obedecer aos princípios da:

- (A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) legitimidade, pessoalidade, economicidade, transparência e efetividade.
- (C) legalidade, hierarquia, autotutela, continuidade e especialidade.
- (D) publicidade, proporcionalidade, supremacia, motivação e segurança jurídica.
- (E) eficiência, livre iniciativa, autonomia, razoabilidade e subsidiariedade.

2. (2026)

Um secretário municipal determina a contratação de serviço sem previsão legal, justificando que a medida seria conveniente para a Administração. Considerando o princípio da legalidade previsto no artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A medida é válida quando não houver prejuízo financeiro.
- (B) A Administração somente pode agir quando autorizada pelo ordenamento jurídico.
- (C) A conveniência administrativa substitui a autorização legal.
- (D) A legalidade aplica-se somente aos atos vinculados.
- (E) O administrador pode fazer tudo o que a lei não proíba expressamente.

3. (2026)

Uma campanha institucional apresenta, em destaque, o nome e a fotografia do prefeito, atribuindo pessoalmente a ele a execução de determinada obra pública. Essa conduta contraria especialmente o artigo 37, § 1º, da Constituição Federal de 1988 e o princípio da:

- (A) eficiência.
- (B) legalidade.

- (C) impessoalidade.
- (D) continuidade.
- (E) especialidade.

4. (2026)

O princípio da moralidade administrativa, previsto no artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988, exige do agente público comportamento relacionado à:

- (A) liberdade absoluta de atuação.
- (B) defesa de interesses partidários.
- (C) prevalência de convicções pessoais.
- (D) honestidade, probidade, lealdade, decoro e boa-fé.
- (E) dispensa de formalidades administrativas.

5. (2026)

De acordo com o artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988, o princípio da eficiência determina que a atividade administrativa seja exercida com:

- (A) discricionariedade ilimitada.
- (B) preferência política.
- (C) sigilo como regra geral.
- (D) centralização absoluta.
- (E) presteza, perfeição e rendimento funcional.

6. (2026)

Conforme o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, a investidura em cargo ou emprego público depende, em regra, de:

- (A) aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- (B) indicação de autoridade política.
- (C) entrevista realizada pela chefia do órgão.
- (D) processo seletivo interno.
- (E) experiência mínima de cinco anos no serviço público.

7. (2026)

A exceção constitucional à exigência de concurso público, prevista no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, alcança:

- (A) todo emprego existente em empresa pública.
- (B) cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

- (C) cargo efetivo de baixa complexidade.
- (D) função técnica temporária.
- (E) qualquer função de confiança.

8. (2026)

Segundo o artigo 37, inciso III, da Constituição Federal de 1988, o prazo de validade de concurso público será:

- (A) obrigatoriamente de quatro anos.
- (B) de um ano, sem prorrogação.
- (C) de até dois anos, prorrogável uma vez por igual período.
- (D) definido sem limite pelo edital.
- (E) de até cinco anos.

9. (2026)

Nos termos do artigo 37, inciso V, da Constituição Federal de 1988, as funções de confiança:

- (A) podem ser ocupadas por qualquer pessoa.
- (B) destinam-se a atividades operacionais comuns.
- (C) garantem estabilidade ao designado.
- (D) são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- (E) dispensam previsão normativa.

10. (2026)

Os cargos em comissão e as funções de confiança, conforme o artigo 37, inciso V, da Constituição Federal de 1988, destinam-se exclusivamente às atribuições de:

- (A) ensino, pesquisa e extensão.
- (B) fiscalização e arrecadação.
- (C) execução material permanente.
- (D) representação judicial.
- (E) direção, chefia e assessoramento.

11. (2026)

O artigo 37, inciso VI, da Constituição Federal de 1988 garante ao servidor público civil o direito:

- (A) à livre associação sindical.
- (B) à acumulação irrestrita de cargos.
- (C) à estabilidade desde a posse.
- (D) à greve sem regulamentação.
- (E) à remuneração acima do teto constitucional.

12. (2026)

A contratação por tempo determinado, prevista no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, deve atender:

- (A) atividade permanente da Administração.
- (B) necessidade temporária de excepcional interesse público, nos casos previstos em lei.

- (C) conveniência pessoal da autoridade responsável.
- (D) substituição definitiva dos concursos públicos.
- (E) qualquer necessidade administrativa, ainda que ordinária.

13. (2026)

Nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988, a remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por:

- (A) portaria.
- (B) decreto.
- (C) lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso.
- (D) resolução administrativa.
- (E) acordo coletivo.

14. (2026)

Segundo o artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal de 1988, a acumulação remunerada de cargos públicos:

- (A) é sempre permitida.
- (B) depende apenas da vontade do servidor.
- (C) é admitida para quaisquer dois cargos efetivos.
- (D) é, em regra, vedada, ressalvadas as hipóteses constitucionais e a compatibilidade de horários.
- (E) é permitida quando os cargos pertencem a Municípios diferentes.

15. (2026)

Constitui hipótese constitucional de acumulação remunerada, desde que haja compatibilidade de horários, nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal de 1988:

- (A) três cargos de professor.
- (B) dois cargos administrativos.
- (C) dois cargos em comissão.
- (D) dois cargos técnicos não regulamentados.
- (E) dois cargos de professor.

16. (2026)

Nos termos do artigo 37, inciso XIX, da Constituição Federal de 1988:

- (A) a autarquia somente pode ser criada por lei específica.
- (B) a empresa pública é criada diretamente por decreto.
- (C) a fundação pública independe de autorização legislativa.

INFORMÁTICA BÁSICA

1. (Instituto ACCESS - 2026)

A educação ocupa posição central na organização social brasileira, sendo objeto de normatização constitucional e de políticas públicas voltadas à formação cidadã e à redução das desigualdades. O ordenamento jurídico estabelece princípios e responsabilidades que orientam a atuação do poder público e delimitam os sujeitos envolvidos na garantia desse direito. Em avaliações, é recorrente a cobrança do **correto** enquadramento constitucional da educação no Brasil. À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A educação restringe-se ao ensino superior.
- (B) A educação é responsabilidade exclusiva da família.
- (C) A educação é direito de todos e dever do Estado.
- (D) A educação é serviço facultativo do poder público.

2. (Instituto ACCESS - 2026)

Nos artigos 205 e 206 da Constituição Federal de 1988, estão previstos os fundamentos e princípios da educação nacional.

Nesse contexto, analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I. O art. 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

PORQUE

II. O art. 206 da Constituição Federal de 1988 prevê princípios como igualdade de condições para acesso e permanência na escola, gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais e valorização dos profissionais da educação, que são instrumentos para a concretização dos fins definidos no art. 205.

- (A) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é uma justificativa correta da I.
- (B) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.

(C) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.

(D) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

3. (Instituto ACCESS - 2026)

A Constituição Federal de 1988 estabelece princípios que orientam a organização e a oferta do ensino no Brasil.

Com base nesses princípios constitucionais, julgue os itens a seguir:

I. Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública e privada, nos termos de lei federal.

II. Garantia do direito à educação e à aprendizagem durante a permanência do estudante na educação básica.

III. Garantia de padrão de qualidade.

É CORRETO o que se afirma em:

- (A) III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.

4. (Instituto ACCESS - 2025)

O artigo 213 da Constituição Federal de 1988 estabelece as condições para que recursos públicos sejam destinados a escolas privadas. No contexto do ensino superior, este dispositivo constitucional fundamenta especificamente qual programa governamental?

- (A) Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).
- (B) Sistema de Seleção Unificada (SiSU).
- (C) Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).
- (D) Programa Universidade para Todos (ProUni).
- (E) Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

5. (Instituto ACCESS - 2025)

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, consagrado no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, fundamenta-se teoricamente na concepção de universidade proposta por Wilhelm von Humboldt. Assinale a alternativa que caracteriza a operacionalização prática deste princípio no cotidiano universitário.

- (A) Alternância temporal das três funções ao longo do ano letivo, dedicando períodos específicos para cada uma das dimensões universitárias.
- (B) Integração orgânica das três dimensões no projeto formativo, onde a produção do conhecimento (pesquisa) retroalimenta o processo educativo (ensino) e dialoga com a sociedade (extensão).
- (C) Separação administrativa das três funções em pró-reitorias distintas para garantir a especialização e eficiência de cada área.
- (D) Subordinação das atividades de ensino e extensão aos projetos de pesquisa desenvolvidos pelos grupos acadêmicos da instituição.
- (E) Obrigatoriedade de todo docente universitário atuar simultaneamente nas três dimensões com igual carga horária dedicada a cada atividade.

6. (Instituto ACCESS - 2025)

De acordo com o Art. 213 da Constituição Federal de 1988, os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

- (A) demonstrem caráter não lucrativo e destinem quaisquer excedentes financeiros às atividades sociais.
- (B) demonstrem caráter lucrativo e destinem quaisquer excedentes financeiros às atividades sociais.
- (C) demonstrem caráter não lucrativo e destinem quaisquer excedentes financeiros às atividades educacionais.
- (D) demonstrem caráter lucrativo e destinem quaisquer excedentes financeiros às atividades educacionais.

7. (Instituto ACCESS - 2025)

Considerando os fundamentos constitucionais e infraconstitucionais que orientam o direito à educação da criança na legislação brasileira, especialmente no que se refere à proteção integral, à prioridade absoluta e ao papel da escola na garantia de direitos, assinale a alternativa que expressa uma interpretação juridicamente fundamentada e pedagogicamente coerente com os marcos legais vigentes.

- (A) A legislação educacional brasileira, ao reconhecer o direito à educação como dever compartilhado entre família e Estado, condiciona sua efetividade à capacidade administrativa dos entes federados, sem estabelecer exigibilidade jurídica plena na oferta da Educação Infantil.
- (B) A garantia do direito à educação da criança deve ser interpretada em consonância com os parâmetros de eficiência da gestão pública, sendo admissível a reorganização do tempo-espaço escolar em função das metas de desempenho do sistema educacional.
- (C) O princípio da proteção integral, previsto na Constituição Federal e reiterado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, impõe ao Estado e à sociedade o dever de assegurar à criança uma educação voltada ao desenvolvimento pleno, considerando-a como prioridade absoluta na formulação de políticas públicas.
- (D) A Constituição Federal estabelece o direito à educação como cláusula programática, cuja efetivação deve considerar a autonomia das unidades escolares e os limites orçamentários do município, especialmente na faixa etária de zero a cinco anos.

8. (Instituto ACCESS - 2022)

A Constituição Federal não apenas declara a educação como um direito social (Art. 6º), como define, em seu Art. 208, itens que devem ser garantidos pelo Estado brasileiro, entre eles

- (A) imediata universalização do ensino médio gratuito.
- (B) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente em estabelecimentos especializados.
- (C) educação básica obrigatória e gratuita dos seis aos dezoito anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

LEGISLAÇÃO

1. (2026)

Nos termos do caput do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverá obedecer aos princípios da:

- (A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- (B) legitimidade, pessoalidade, economicidade, transparência e efetividade.
- (C) legalidade, hierarquia, autotutela, continuidade e especialidade.
- (D) publicidade, proporcionalidade, supremacia, motivação e segurança jurídica.
- (E) eficiência, livre iniciativa, autonomia, razoabilidade e subsidiariedade.

2. (2026)

Um secretário municipal determina a contratação de serviço sem previsão legal, justificando que a medida seria conveniente para a Administração. Considerando o princípio da legalidade previsto no artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A medida é válida quando não houver prejuízo financeiro.
- (B) A Administração somente pode agir quando autorizada pelo ordenamento jurídico.
- (C) A conveniência administrativa substitui a autorização legal.
- (D) A legalidade aplica-se somente aos atos vinculados.
- (E) O administrador pode fazer tudo o que a lei não proíba expressamente.

3. (2026)

Uma campanha institucional apresenta, em destaque, o nome e a fotografia do prefeito, atribuindo pessoalmente a ele a execução de determinada obra pública. Essa conduta contraria especialmente o artigo 37, § 1º, da Constituição Federal de 1988 e o princípio da:

- (A) eficiência.
- (B) legalidade.
- (C) impessoalidade.
- (D) continuidade.
- (E) especialidade.

4. (2026)

O princípio da moralidade administrativa, previsto no artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988, exige do agente público comportamento relacionado à:

- (A) liberdade absoluta de atuação.
- (B) defesa de interesses partidários.
- (C) prevalência de convicções pessoais.

- (D) honestidade, probidade, lealdade, decoro e boa-fé.
- (E) dispensa de formalidades administrativas.

5. (2026)

De acordo com o artigo 37, caput, da Constituição Federal de 1988, o princípio da eficiência determina que a atividade administrativa seja exercida com:

- (A) discricionariedade ilimitada.
- (B) preferência política.
- (C) sigilo como regra geral.
- (D) centralização absoluta.
- (E) presteza, perfeição e rendimento funcional.

6. (2026)

Conforme o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, a investidura em cargo ou emprego público depende, em regra, de:

- (A) aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.
- (B) indicação de autoridade política.
- (C) entrevista realizada pela chefia do órgão.
- (D) processo seletivo interno.
- (E) experiência mínima de cinco anos no serviço público.

7. (2026)

A exceção constitucional à exigência de concurso público, prevista no artigo 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, alcança:

- (A) todo emprego existente em empresa pública.
- (B) cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

- (C) cargo efetivo de baixa complexidade.
- (D) função técnica temporária.
- (E) qualquer função de confiança.

8. (2026)

Segundo o artigo 37, inciso III, da Constituição Federal de 1988, o prazo de validade de concurso público será:

- (A) obrigatoriamente de quatro anos.
- (B) de um ano, sem prorrogação.
- (C) de até dois anos, prorrogável uma vez por igual período.
- (D) definido sem limite pelo edital.
- (E) de até cinco anos.

9. (2026)

Nos termos do artigo 37, inciso V, da Constituição Federal de 1988, as funções de confiança:

- (A) podem ser ocupadas por qualquer pessoa.
- (B) destinam-se a atividades operacionais comuns.
- (C) garantem estabilidade ao designado.
- (D) são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo.
- (E) dispensam previsão normativa.

10. (2026)

Os cargos em comissão e as funções de confiança, conforme o artigo 37, inciso V, da Constituição Federal de 1988, destinam-se exclusivamente às atribuições de:

- (A) ensino, pesquisa e extensão.
- (B) fiscalização e arrecadação.
- (C) execução material permanente.
- (D) representação judicial.
- (E) direção, chefia e assessoramento.

11. (2026)

O artigo 37, inciso VI, da Constituição Federal de 1988 garante ao servidor público civil o direito:

- (A) à livre associação sindical.
- (B) à acumulação irrestrita de cargos.
- (C) à estabilidade desde a posse.
- (D) à greve sem regulamentação.
- (E) à remuneração acima do teto constitucional.

12. (2026)

A contratação por tempo determinado, prevista no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, deve atender:

- (A) atividade permanente da Administração.
- (B) necessidade temporária de excepcional interesse público, nos casos previstos em lei.
- (C) conveniência pessoal da autoridade responsável.
- (D) substituição definitiva dos concursos públicos.
- (E) qualquer necessidade administrativa, ainda que ordinária.

13. (2026)

Nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988, a remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por:

- (A) portaria.
- (B) decreto.

- (C) lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso.
- (D) resolução administrativa.
- (E) acordo coletivo.

14. (2026)

Segundo o artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal de 1988, a acumulação remunerada de cargos públicos:

- (A) é sempre permitida.
- (B) depende apenas da vontade do servidor.
- (C) é admitida para quaisquer dois cargos efetivos.
- (D) é, em regra, vedada, ressalvadas as hipóteses constitucionais e a compatibilidade de horários.
- (E) é permitida quando os cargos pertencem a Municípios diferentes.

15. (2026)

Constitui hipótese constitucional de acumulação remunerada, desde que haja compatibilidade de horários, nos termos do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal de 1988:

- (A) três cargos de professor.
- (B) dois cargos administrativos.
- (C) dois cargos em comissão.
- (D) dois cargos técnicos não regulamentados.
- (E) dois cargos de professor.

16. (2026)

Nos termos do artigo 37, inciso XIX, da Constituição Federal de 1988:

- (A) a autarquia somente pode ser criada por lei específica.
- (B) a empresa pública é criada diretamente por decreto.
- (C) a fundação pública independe de autorização legislativa.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS E EM LEGISLAÇÃO APLICADA

1. (Instituto ACCESS - 2026)

A educação ocupa posição central na organização social brasileira, sendo objeto de normatização constitucional e de políticas públicas voltadas à formação cidadã e à redução das desigualdades. O ordenamento jurídico estabelece princípios e responsabilidades que orientam a atuação do poder público e delimitam os sujeitos envolvidos na garantia desse direito. Em avaliações, é recorrente a cobrança do **correto** enquadramento constitucional da educação no Brasil. À luz da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) A educação restringe-se ao ensino superior.
- (B) A educação é responsabilidade exclusiva da família.
- (C) A educação é direito de todos e dever do Estado.
- (D) A educação é serviço facultativo do poder público.

2. (Instituto ACCESS - 2026)

Nos artigos 205 e 206 da Constituição Federal de 1988, estão previstos os fundamentos e princípios da educação nacional.

Nesse contexto, analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas:

I. O art. 205 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

PORQUE

II. O art. 206 da Constituição Federal de 1988 prevê princípios como igualdade de condições para acesso e permanência na escola, gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais e valorização dos profissionais da educação, que são instrumentos para a concretização dos fins definidos no art. 205.

- (A) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é uma justificativa correta da I.
- (B) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.

(C) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.

(D) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

3. (Instituto ACCESS - 2026)

A Constituição Federal de 1988 estabelece princípios que orientam a organização e a oferta do ensino no Brasil.

Com base nesses princípios constitucionais, julgue os itens a seguir:

I. Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública e privada, nos termos de lei federal.

II. Garantia do direito à educação e à aprendizagem durante a permanência do estudante na educação básica.

III. Garantia de padrão de qualidade.

É CORRETO o que se afirma em:

- (A) III, apenas.
- (B) I, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.

4. (Instituto ACCESS - 2025)

O artigo 213 da Constituição Federal de 1988 estabelece as condições para que recursos públicos sejam destinados a escolas privadas. No contexto do ensino superior, este dispositivo constitucional fundamenta especificamente qual programa governamental?

- (A) Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).
- (B) Sistema de Seleção Unificada (SISU).
- (C) Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).
- (D) Programa Universidade para Todos (ProUni).
- (E) Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

5. (Instituto ACCESS - 2025)

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, consagrado no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, fundamenta-se teoricamente na concepção de universidade proposta por Wilhelm von Humboldt. Assinale a alternativa que caracteriza a operacionalização prática deste princípio no cotidiano universitário.

- (A) Alternância temporal das três funções ao longo do ano letivo, dedicando períodos específicos para cada uma das dimensões universitárias.
- (B) Integração orgânica das três dimensões no projeto formativo, onde a produção do conhecimento (pesquisa) retroalimenta o processo educativo (ensino) e dialoga com a sociedade (extensão).
- (C) Separação administrativa das três funções em pró-reitorias distintas para garantir a especialização e eficiência de cada área.
- (D) Subordinação das atividades de ensino e extensão aos projetos de pesquisa desenvolvidos pelos grupos acadêmicos da instituição.
- (E) Obrigatoriedade de todo docente universitário atuar simultaneamente nas três dimensões com igual carga horária dedicada a cada atividade.

6. (Instituto ACCESS - 2025)

De acordo com o Art. 213 da Constituição Federal de 1988, os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

- (A) demonstrem caráter não lucrativo e destinem quaisquer excedentes financeiros às atividades sociais.
- (B) demonstrem caráter lucrativo e destinem quaisquer excedentes financeiros às atividades sociais.
- (C) demonstrem caráter não lucrativo e destinem quaisquer excedentes financeiros às atividades educacionais.
- (D) demonstrem caráter lucrativo e destinem quaisquer excedentes financeiros às atividades educacionais.

7. (Instituto ACCESS - 2025)

Considerando os fundamentos constitucionais e infraconstitucionais que orientam o direito à educação da criança na legislação brasileira, especialmente no que se refere à proteção integral, à prioridade absoluta e ao papel da escola na garantia de direitos, assinale a alternativa que expressa uma interpretação juridicamente fundamentada e pedagogicamente coerente com os marcos legais vigentes.

- (A) A legislação educacional brasileira, ao reconhecer o direito à educação como dever compartilhado entre família e Estado, condiciona sua efetividade à capacidade administrativa dos entes federados, sem estabelecer exigibilidade jurídica plena na oferta da Educação Infantil.
- (B) A garantia do direito à educação da criança deve ser interpretada em consonância com os parâmetros de eficiência da gestão pública, sendo admissível a reorganização do tempo-espço escolar em função das metas de desempenho do sistema educacional.
- (C) O princípio da proteção integral, previsto na Constituição Federal e reiterado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, impõe ao Estado e à sociedade o dever de assegurar à criança uma educação voltada ao desenvolvimento pleno, considerando-a como prioridade absoluta na formulação de políticas públicas.
- (D) A Constituição Federal estabelece o direito à educação como cláusula programática, cuja efetivação deve considerar a autonomia das unidades escolares e os limites orçamentários do município, especialmente na faixa etária de zero a cinco anos.

8. (Instituto ACCESS - 2022)

A Constituição Federal não apenas declara a educação como um direito social (Art. 6º), como define, em seu Art. 208, itens que devem ser garantidos pelo Estado brasileiro, entre eles

- (A) imediata universalização do ensino médio gratuito.
- (B) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente em estabelecimentos especializados.
- (C) educação básica obrigatória e gratuita dos seis aos dezoito anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!